



## Situação da indústria de defesa no país é crítica, avalia comissão

Diagnóstico sobre o setor aprovado ontem no Senado recomenda que projetos estratégicos sejam preservados dos cortes orçamentários do governo

O relatório do senador Ricardo Ferraço aponta que a falta de planejamento e a crise econômica, que levou o Executivo a contingenciar recursos, enfraqueceram as empresas da área. “Não se deu a devida atenção a um setor essencial à nossa soberania”, afirma o senador. Para ele, investir na indústria de defesa traz benefícios ao país, seja com a exportação de equipamentos, seja com a melhoria na segurança interna. Aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o diagnóstico de Ferraço será apresentado ao ministro da Defesa, Aldo Rebelo. **8**



Pedro França/Agência Senado

Lobão conduz reunião da CRE em que Ferraço (entre Anastasia e Cristovam) também sugeriu auditoria do TCU no tratado Brasil-Ucrânia para lançamento de satélite

**Política de defesa agropecuária é sugestão para setor **7****

**Colegiado aprova novo embaixador para Granada **8****

**Texto prevê controle maior sobre produto agrícola importado **6****

**Audiência pública na segunda tratará de barragens **4****

**Avança criação de crédito especial para produção indígena **6****

Pedro França/Agência Senado



Ana Amélia, à mesa, preside reunião, com presença de Flexa Ribeiro (E), Blairo Maggi, Waldemir Moka e Dário Berger

### Projetos ampliam direitos de trabalhador rural

A tramitação de dois projetos que tratam da jornada de trabalho no campo avançou ontem. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou

uma proposta que regula o número de horas diárias de trabalho rural e aspectos da rotina como folgas e transporte. A outra proposição acolhida pela

comissão trata de horas extras em época de colheita e plantio. Os dois projetos seguem agora para outras comissões permanentes do Senado. **7**

### Para senadores, propostas do Brasil são destaque na COP-21

Mais de 190 países representados na Cúpula do Clima (COP-21), que acontece em Paris, deverão assinar um acordo vinculante, em que as metas definidas por cada nação terão força de lei internacionalmente. A expectativa é de Vanessa Grazziotin, integrante da delegação brasileira. O Brasil, disse ela, tem a meta mais ambiciosa: reduzir a emissão de gases em mais de 40%. **3**

### Debate aponta que prevenção pode melhorar saúde pública

A ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família é uma das medidas para melhorar os indicadores de saúde no país, segundo participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. O debate destacou a importância da atenção básica no Sistema Único de Saúde, com ações de imunização, prevenção e controle de doenças endêmicas, entre outras. **3**

### Especialistas: sem educação de adultos, país não se desenvolve

Mesmo com os avanços em escolaridade nas últimas décadas, 49,25% dos brasileiros com 25 anos ou mais não tinha o ensino fundamental completo em 2010. Para se desenvolver e viabilizar a inclusão social,

o Brasil precisa educar as pessoas em todas as fases da vida, incluindo jovens e adultos, para as exigências da sociedade contemporânea, segundo participantes de audiência na Comissão de Educação. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Fátima Bezerra (3ª à esq.) preside debate sobre educação ao longo da vida

**Delações premiadas são defendidas por indicado ao CNJ **5****

**Pequeno produtor de biocombustível pode ter incentivo **6****

Funcionários assistem a palestras, e equipes de jardinagem, limpeza e serviços hidráulicos fazem seus trabalhos rotineiros com dedetizadores, que eliminam larvas do mosquito *Aedes aegypti*

# Senado treina servidores para combater dengue

O SENADO COMEÇOU a adotar ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, que transmite o vírus da dengue. A Casa reforçou as medidas de eliminação do inseto e está sensibilizando os servidores a colaborar com práticas de limpeza dos locais de trabalho. Os funcionários terceirizados das áreas de jardinagem, limpeza e serviços elétricos e hidráulicos também estão sendo orientados.

— Estamos fazendo palestras para sensibilizar as pessoas. A equipe hidráulica, por exemplo, foi orientada para que, quando fizer a manutenção de caixas de gordura, atue em conjunto com a dedetização. São medidas preventivas — explica Luciano Freitas, diretor da Secretaria de Patrimônio

O coordenador de Serviços Gerais, Cassio Murilo Rocha, ressalta que, apesar de terem sido encontrados mosquitos transmissores da dengue no Senado, não houve até agora registro de nenhum caso da doença.

É por isso que a autoridade sanitária do Distrito Federal não usa no Senado o fumacê, carro que aplica inseticida por meio da técnica de pulverização.

— A utilização do fumacê só é indicada em localidades onde existem casos notificados de dengue e alto índice de infestação do *Aedes aegypti*. A observação dos critérios e a autorização do fumacê são



Ano Carolina Freitas/Prefeitura de Porto Alegre

Servidoras combatem dengue em Porto Alegre: Senado também adota medidas

atribuições das autoridades ambientais e sanitárias, porque envolvem questões de toxicidade do produto para humanos, com relatos de problemas respiratórios e alergias, e de desenvolvimento de resistência dos insetos — explica Rocha.

Luciano Freitas lembra que o fumacê também mata predadores naturais do mosquito, por isso a utilização deve ser criteriosa.

Ele ressalta que não há motivos para pânico entre os servidores, pois nenhum caso foi registrado no Senado. Não havendo pessoas contaminadas, o mosquito não transmite a doença.

## Pragas

Em caso de aparecimento de insetos e animais que oferecem risco à saúde, como mosquitos, escorpiões, ratos e baratas, o servidor deve ligar para o ramal 3910, do Serviço

de Conservação e Limpeza, que prestará orientação e assistência.

As iniciativas do Senado se baseiam nas ações de combate ao mosquito da dengue desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As medidas de prevenção recomendadas pelo Núcleo de Vigilância Ambiental de Brasília já estão sendo implementadas, segundo Rocha.

No Senado, as ações envolvem a Secretaria de Patrimônio, por meio da Coordenação de Serviços Gerais; a Diretoria-Geral-Adjunta de Gestão, por meio do Núcleo de Coordenação das Ações Socioambientais; e a Secretaria de Infraestrutura.

A Coordenação de Comunicação Interna divulgará informações para ajudar na mobilização dos servidores do Senado.

## Na avaliação de Paim, Brasil avançou em direitos humanos

O Dia Internacional dos Direitos Humanos, comemorado ontem, foi lembrado no Plenário por Paulo Paim (PT-RS).

Ele recordou que há 67 anos a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No Brasil, acrescentou o senador, desde que foi iniciada a redemocratização, o país conseguiu avançar em direitos e garantias individuais.

— Hoje desfrutamos de uma ampla liberdade de pensamento, opiniões. Os partidos se manifestam livremente e estão legalizados. Não há presos políticos nem censura e todos combatemos a tortura. As instituições funcionam dentro da normalidade democrática.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Mundo ainda é muito intolerante, afirma Regina Sousa

Regina Sousa (PT-PI) citou o Dia Internacional dos Direitos Humanos e lamentou que “ainda haja tanta injustiça no país e no mundo”.

Ela se referiu ao fato de haver intolerâncias religiosas, de gênero e racial, exploração de trabalho escravo e infantil e crianças e jovens fora da escola. Para a senadora, é oportunidade para que todos reflitam.

— A gente fica triste de ver muita gente contra o tema de um vestibular, sobre a violência contra a mulher. Que bom que falou desse tema! Que bom que fez milhões de cabeças pensarem sobre o tema. Certamente, lá tinha gente que sofreu e praticou. Houve reflexão — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Jucá quer aprofundar debate sobre combate ao trabalho escravo

Relator do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional do Trabalho Escravo (EC 81), Romero Jucá (PMDB-RR) disse que participará de uma audiência pública na próxima semana para aprofundar o assunto.

Segundo ele, o tema já foi discutido com trabalhadores, sindicatos, Ministério Público do Trabalho e produtores rurais. Para o senador, só assim é possível chegar a um consenso e dar à sociedade uma lei equilibrada para erradicar o trabalho escravo.

— A partir da nova legislação, aquelas pessoas que realmente exercem e executam trabalho escravo terão seus bens apropriados, sem nenhum tipo de indenização — ressaltou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Comissão da Desburocratização analisa hoje questões tributárias

A Comissão de Juristas da Desburocratização reúne-se hoje para examinar propostas que alteram normas de direito tributário e do processo administrativo fiscal. A reunião começa às 14h30, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa.

Instituída pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a comissão foi instalada em setembro. Composta por 16 juristas, tem como presidente o ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça. O relator é o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal.

## TV Senado traz reflexão sobre economia e meio ambiente

O programa da TV Senado *Município Brasil* de dezembro traz detalhes da visita de senadores da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração a Mariana (MG), que hoje vive as consequências do desastre ambiental causado pelo rompimento de duas barragens da mineradora Samarco. O programa traz ainda a situação de quem

mora no Norte do país e sofre com a falta de conservação da BR-319. A rodovia federal também recebeu uma comitiva de senadores. Durante dois dias, eles percorreram quase 900 quilômetros entre Porto Velho e Manaus.

**Como assistir**  
Amanhã às 20h  
Domingo às 8h30 e às 16h  
[www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)

## Impressão de votos da urna eletrônica é tema da Rádio

A Rádio Senado veicula, de hoje a domingo, a reportagem especial “Imprimir ou não imprimir, eis a questão”, dos jornalistas Maurício de Santi e Rodrigo Resende, com a colaboração de Larissa Bortoni e Adriano Kakazu, da Agência Senado. O programa mostra que urna eletrônica é adotada no país desde a década de 90. Para aumentar a segurança contra fraudes, o Congresso

aprovou, em setembro, a obrigação de imprimir o registro do voto. A presidente Dilma Rousseff vetou a medida com o argumento de que custará cerca de R\$ 1,8 bilhão, mas os parlamentares, em novembro, derrubaram o veto.

**Como ouvir**  
Hoje às 18h, amanhã às 10h e domingo às 17h  
[www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

### DESBUROCRATIZAÇÃO Tributação

14h30 A Comissão de Juristas da Desburocratização discute minuta de proposta de emenda à Constituição para alterar disposições sobre direito tributário, propostas para o Código Tributário Nacional e sugestão de mudanças no processo administrativo fiscal.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



**Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>  
• **Alô Senado:** 0800 612211  
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)  
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)  
• TV: [senado.leg.br/tv](http://senado.leg.br/tv)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Integrantes da delegação brasileira na Cúpula do Clima, que termina hoje, afirmaram crer que países se comprometerão com metas ousadas de combate às mudanças climáticas

## COP-21 deixará bons resultados, dizem senadores

A CÚPULA DO Clima (COP-21), em Paris, termina hoje. Senadores que integram a delegação brasileira manifestaram otimismo e disseram crer que o evento se encerrará com avanços. Mais de 190 países estão reunidos na COP-21 em busca de compromissos para combater as mudanças climáticas.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que os 180 países deverão se comprometer com um acordo vinculante, em que as metas a serem definidas por cada nação deverão ter força de lei internacionalmente.

— O Brasil é o país com a meta mais ambiciosa, definindo uma redução na emissão de gases de efeito estufa superior a 40%. Além disso, podemos avançar no Fundo do Clima e na regulamentação do mercado de carbono — disse Vanessa à Rádio Senado.

O Fundo do Clima é uma iniciativa que, por meio de dotações orçamentárias, auxiliará os países mais pobres a atingir suas metas.

— As consequências do aquecimento global já não são previstas apenas para as gerações futuras, mas para agora. A tragédia em Mariana

[MG] nos mostrou como o desenvolvimento a qualquer custo pode cobrar um preço altíssimo.

### Protagonismo

Na avaliação de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, as propostas do Brasil apresentadas durante a COP-21 conquistaram protagonismo e o interesse das nações que participam da conferência, organizada pelas Nações Unidas.

— O Brasil foi o país que apresentou a melhor proposta do ponto de vista da redução de emissões [de gases que provocam o efeito estufa]. E também é o grande exemplo, sobretudo na redução do desmatamento da Floresta Amazônica.

A proposta central do Brasil na COP-21 na área de energia é que a participação das energias renováveis no Brasil chegue até o ano de 2030 a 23% da matriz energética brasileira, especialmente a solar, a eólica e a de biomassa, sem considerar a hidrelétrica.

Bezerra defende que a participação das energias limpas na matriz energética nacional aumente para 25% até 2030.



Os senadores Fernando Bezerra Coelho e Vanessa Grazziotin participam de evento na Cúpula do Clima, em Paris

### Delegação faz fórum em Paris sobre resultados da cúpula

Iniciada no dia 30, a COP-21 termina hoje com uma atividade que reunirá a delegação de parlamentares brasileiros. Trata-se do Fórum de Discussões sobre os Resultados da COP-21. O encontro é organizado pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas.

À tarde, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social promove o painel A Po-

lítica Brasileira de Mudança Climática pós-2020: desafios e oportunidades.

Ontem a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, conduziu o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. A delegação brasileira também participou do painel Perspectivas Econômicas com os iNDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas).

O grande objetivo da conferência em Paris é obter dos países o compromisso com ações que impeçam a temperatura do planeta de aumentar 2°C até 2100. O principal responsável pelas mudanças climáticas são os gases do efeito estufa, emitidos no desmatamento e na queima de combustíveis fósseis.

## Especialistas defendem ampliação do Saúde da Família

Uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem discutiu a importância da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS). Consenso entre os debatedores é que a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família é uma das soluções para melhorar os indicadores de saúde do país.

A atenção primária é uma das diretrizes constitucionais do SUS e diz respeito às ações de prevenção. A política pública surgiu no Brasil com a criação do Programa Saúde da Família, em 1994. Entre as ações, estão imunização, prevenção e controle de doenças endêmicas, fornecimento de medicamentos essenciais e atenção para a saúde materna e infantil.

No entanto, Hélio José (PMB-DF) questiona que a atenção primária não recebe a devida importância quando se trata



Audiência, coordenada por Hélio José (3º à esq.), debateu formas de priorizar programas de atenção básica à saúde

de recursos orçamentários e prioridade de investimentos.

— É necessário evitar que as pessoas possam superlotar as filas de pronto-socorro. Os recursos são necessários para a gente poder dar o primeiro atendimento com qualidade, além de economizar e evitar

que muitas mortes aconteçam. Isso tudo é saúde primária. É por isso que ela é tão importante.

Para a professora Luciana Moura, da Faculdade de Enfermagem da Escola Superior de Saúde, a atenção primária só é colocada como prioritária

na teoria. Ela acredita que coberturas mais amplas do Saúde da Família são uma solução para melhorar os indicadores de saúde. Ela defendeu que a ação é uma das soluções para resolver a superlotação nos hospitais, uma vez que ela é mais barata que investir no

atendimento pós-doença.

— Nós temos a superlotação, longas horas de espera de atendimento nas emergências e necessidade crescente por leitos de UTI, porque estamos falhando na atenção primária à saúde. Quem são os pacientes que necessitam de leitos de UTI? Por acaso, são aqueles que não tiveram suas demandas de saúde contempladas na atenção básica?

Também participante da audiência, Maria Amália Ferreira, coordenadora de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, apresentou o quadro de dificuldades. Ela argumentou que a saída de profissionais do Programa Saúde da Família, assim como a falta de recursos, são realidades atualmente enfrentadas. Sobre o DF, ela disse que o plano de governo pretende aumentar a cobertura de 60% para 80% da população.

## Comissão Senado do Futuro analisa mobilidade urbana

A Comissão Senado do Futuro (CSF) vota na quarta-feira o relatório de Wellington Fagundes (PR-MT) sobre as políticas públicas em 2015. O tema escolhido pela CSF foi a urbanização sustentável e eficiente das cidades.

No relatório, Wellington propõe a apresentação de um projeto de lei atualizando a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/2012), principal instrumento de política de desenvolvimento urbano em vigor no país.

O senador explica que a plena efetivação da política depende da aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos municípios com mais de 20 mil habitantes. O prazo para elaborar esse plano acabou em abril, mas mais de 70% das

capitais e cidades brasileiras acima de 500 mil habitantes e 95% dos municípios acima de 50 mil habitantes não conseguiram finalizá-lo.

Assim, a sugestão de Wellington é incluir na lei a possibilidade de escolha de projetos-

piloto em cada estado para serem tratados com prioridade, serem avaliados e corrigidos e poderem servir de referência para os demais municípios.

A avaliação de políticas públicas do Executivo foi implantada no Senado em 2013.

# Debatedores querem mais educação de adultos

Audiência concluiu que, para se desenvolver, o país precisa preparar pessoas em todas as fases da vida para processos do mundo atual, intensivos em conhecimento e tecnologia

A EDUCAÇÃO DE jovens e adultos no Brasil precisa ser acelerada para viabilizar a inclusão social e o desenvolvimento do país. Essa foi uma das principais conclusões da audiência realizada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O entendimento comum entre os debatedores foi de que, a despeito dos avanços em escolaridade nas últimas décadas, o país precisa avançar no processo de educação de jovens e adultos para ser capaz de atender as exigências da sociedade contemporânea, em que todos os processos são intensivos em conhecimento e tecnologias.

Quase metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tinha o ensino fundamental completo, segundo dados do Censo 2010. O percentual representava 54,5 milhões de brasileiros, expressando o tamanho do desafio que o país necessita enfrentar.

A audiência foi proposta por Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da comissão, que também dirigiu os trabalhos. O tema em debate foi “Educação ao longo da vida na perspectiva da educação de jovens e adultos”. Outro objetivo foi divulgar a realização da Confinte Brasil + 6, a Conferência Internacional de Educação de Adultos, que será realizada de 25 a 27 de abril, em Foz do Iguaçu (PR). Será a segunda vez que o Brasil sediará a Confinte, iniciativa liderada pela Unesco. A primeira ocorreu há seis anos, em Belém.

— Aqui damos o pontapé no que diz respeito à mobilização para a Confinte de 2016. Queremos reafirmar aos movimentos sociais, às entidades da área de educação, ao governo, estados e municípios que a Comissão de Educação que ser parceira frente aos desafios da educação, inclusive no campo específico do debate de hoje, a educação ao longo da vida — disse Fátima.

O representante do Ministério da Educação, Paulo Nacif, destacou as ações da pasta



Edineide Batista, Paulo Nacif, Fátima Bezerra, Catarina Santos, Timothy Ireland e Carlos Abicalil debatem na Comissão de Educação sobre ensino de jovens e adultos

como parte da preparação para a Confinte. A seu ver, o atraso do país em relação à escolaridade da população ainda é reflexo do escravismo e de padrões históricos de exclusão.

Ele disse que o tema é prioritário, mas que os esforços precisam ser ampliados, pois a educação de jovens e adultos (EJA) atende cerca de 4 milhões de alunos, o que representa apenas 5% do público potencial.

— A educação de jovens e adultos tem que ser do tamanho do Brasil e ser capaz de atender esses 81 milhões de brasileiros que não tiveram o direito à instrução na idade certa. Sabemos que a educação corre ao longo da vida e que, para o Brasil, esse é um desafio — reconheceu.

## Marco de Belém

Na Confinte, há seis anos, foi aprovado o *Marco de Ação de Belém*, destacado pelos participantes da audiência como um documento que estabeleceu nova visão sobre a educação de jovens e adultos.

Segundo Timothy Ireland, coordenador da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um dos princípios validados afirma

a educação como direito de todos, não apenas durante a infância e adolescência.

— Esse direito não pode ser reduzido à alfabetização nem ao ensino fundamental ou médio. A educação abrange todas essas fases formativas, mas vai muito além. Engloba todo o processo de aprendizagem formal e informal, o que acontece nas escolas e outros espaços em que a pessoa considerada adulta desenvolve suas capacidades e conhecimentos e amplia suas competências técnico-profissionais — afirmou.

Catarina Santos, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, salientou que o “aprendizado ao longo da vida”, nos termos do *Marco de Ação de Belém*, corresponde a um conceito e a um princípio organizador de todas as formas de educação que se baseia em “valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento”.

— Ali foi lançado o desafio aos governos e à sociedade civil, para que trabalhem juntos visando garantir o direito à educação e à aprendizagem e além disso, garantir um futuro viável para todos — destacou.

Para Catarina, o *Marco de Ação de Belém* deixou claro que a aprendizagem e a educação de adultos representam “investimento valioso, que resulta em benefícios sociais por criar sociedades mais democráticas, pacíficas, inclusivas, produtivas, saudáveis e sustentáveis”. Por isso, afirmou, é necessário um investimento financeiro adequado para garantir a oferta de aprendizagem e educação de adultos de qualidade.

## Desafios

Maria Edineide Batista, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), destacou os desafios que o país já venceu na área de educação, como a universalização do ensino fundamental. Porém, observou que há muito o que fazer quanto à implantação do novo Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere às metas de acesso e de melhoria de qualidade, inclusive em relação à educação de jovens e adultos.

Para ela, as questões essenciais são a pactuação das responsabilidades entre os entes federativos e o adequado financiamento para a educação. Maria Edineide observou que não chegaram

aos municípios recursos previstos no PNE, como os que serão destinados à implantação do chamado Piso Aluno-Qualidade e os recursos das receitas da exploração do petróleo.

## Políticas públicas

Segundo o diretor-geral de Programas Educativos e Culturais da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI), Carlos Abicalil, a entidade está comprometida em apoiar a realização da Confinte. Ele afirmou que, do ponto de vista estatístico, estão mais do que evidenciadas as necessidades de medidas em favor da educação de jovens e adultos. Porém, disse que demandas só se transformam em políticas públicas quando ganham expressão por meio da atuação da sociedade civil.

Fátima Bezerra observou que o debate a respeito da educação de jovens e adultos precisa estar em sintonia com o PNE, especialmente com as Metas 8, 9 e 10, que têm como objetivo diminuir a taxa de analfabetismo de jovens e adultos, elevar a taxa de escolaridade para no mínimo 12 anos de estudo e ampliar o acesso ao ensino para essas faixas etárias, tanto na cidade como no campo.

# Comissão discute formas de evitar rompimento de barragens

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai fazer audiência pública interativa, na segunda-feira, às 9h, para discutir a responsabilização dos causadores da tragédia de Mariana (MG) e as medidas preventivas que deveriam ter sido tomadas para evitar o rompimento da barragem da mineradora Samarco.

O presidente da comissão e autor do requerimento para audiência, Paulo Paim (PT-

RS), defende uma legislação mais firme para a mineração. Ele diz que é importante tratar a questão “com muito cuidado”, pois muitas pessoas foram prejudicadas entre ribeirinhos, pescadores e moradores das cidades atingidas.

— A ideia é tratar o acontecido da maneira mais humanizada possível. Vamos discutir tudo aquilo que nós podemos fazer para ajudar as pessoas prejudicadas e para

que crimes como esse não voltem a acontecer — disse o senador.

Foram convidados para a audiência o advogado Estaneslau Leonor Klein, representando a Samarco Mineração; o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais, José Maria Soares; e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de

Minas Gerais, deputado estadual Cristiano Silveira (PT).

Também devem participar o procurador Geraldo Emediato de Souza, da Procuradoria do Trabalho da 3ª Região; o coordenador da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Gilberto Sousa; Tádzio Coelho, do Movimento pela Soberania Popular frente à Mineração; e o presidente da Comissão de

Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Mariana, Cristiano Villas Boas (PT).

Foram convidados ainda representantes do governo federal, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Ministério Público de Minas Gerais e da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Presidida por José Maranhão (D), CCJ aprovou indicação de Nascimento, que agora terá o nome submetido ao Plenário

## Indicado para o CNJ rejeita crítica a delações premiadas

Rogério Nascimento disse que a maioria desse tipo de acordo é firmada com acusados soltos. Por isso, para ele, não se pode sustentar a tese de que as prisões são feitas para forçar envolvidos a colaborar

CERCA DE 70% dos acordos de delação premiada são firmados por acusados que se encontram soltos. A informação foi dada ontem pelo procurador da República Rogério José Bento Soares do Nascimento em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Indicado pela Procuradoria-Geral da República para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele teve o nome aprovado por unanimidade pela comissão.

Nascimento, cuja indicação ainda será analisada pelo Plenário, apresentou o número

para refutar a tese de que a prisão tem servido como um instrumento para forçar a delação premiada. Para o procurador, a colaboração é decisão do próprio acusado no interesse de sua defesa.

Os questionamentos sobre a delação premiada foram feitos pelos senadores Blairo Maggi (MT) e Dário Berger (PMDB-SC). Eles citaram observações de advogados dando conta de que, na Operação Lava-Jato, apenas os acusados que fazem delação premiada são liberados.

— Essa relação entre prisão

e colaboração está mais no imaginário do que na realidade — afirmou Nascimento.

O procurador observou que a premiação penal não é uma novidade no Brasil, nem no mundo. Segundo ele, apesar de estar muito presente no noticiário, a colaboração ou delação premiada não é a única nem a mais comum forma de premiação penal.

Nascimento citou a extinção ou redução da pena pelo pagamento de tributo sonegado, pela confissão e pelo arrependimento como outras formas de premiação.

### Para Cristovam, impeachment é constitucional

Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), é positivo que o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff esteja avançando no Congresso. O senador disse que o pedido é constitucional, e não golpe, mas ressaltou a importância de os parlamentares refletirem antes de se posicionarem favoráveis ou contrários.

— É preciso refletir que a interrupção de um mandato de presidente cria uma situação de descrédito e desmoralização para o país — afirmou.

O senador disse que os votos dos parlamentares não podem ser políticos, mas devem julgar se houve crime e respeitar argumentos legais.



Foto: Jefferson Ruy/Agência Senado



### “Legalidade hoje é investigar”, afirma Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) criticou os que usam o termo legalidade para questionar a abertura de processo de impeachment contra Dilma Rousseff.

Para o senador, legalidade é o respeito às leis e ao Estado democrático de direito, o que, na opinião dele, faltou nas ações atribuídas ao governo em relação à Petrobras e às pedaladas fiscais.

— Legalidade é abrir as investigações para apurar responsabilidades pelo caos que vive o Brasil, com finanças exauridas, a Petrobras aviltada e meio mundo que trabalhou para o atual governo já nas prisões — disse.

### Ana Amélia elogia decisão do Supremo

Os verdadeiros democratas não classificam como golpistas quem defende a abertura do processo de impeachment de Dilma, afirmou Ana Amélia (PP-RS).

A senadora elogiou a decisão liminar do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, de suspender temporariamente a tramitação do processo para que sejam definidos os procedimentos a serem seguidos pela Câmara.

Ana Amélia também informou que a polícia do Distrito Federal prendeu criminosos suspeitos de produzirem e comercializarem, no Brasil e no exterior, falsas pílulas de combate ao câncer. Segundo ela, os bandidos chegavam a faturar R\$ 900 mil ao mês com a falsa fosfoetanolamina sintética. Se condenados, os envolvidos podem ser condenados a até 23 anos de prisão.



### Estado já não conduz economia, critica Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) propôs um plano de retomada do desenvolvimento do país. Ele sugeriu compromissos para o setor público. Na opinião do senador, o Estado precisa recuperar o protagonismo na coordenação da economia.

Os compromissos são divididos em áreas: democracia, soberania, solidariedade, desenvolvimento e sustentabilidade. Entre as medidas, estão o aperfeiçoamento do sistema político, a recuperação da autonomia decisória do Estado, o combate ao domínio do capital financeiro, a busca do crescimento ecologicamente viável e a eliminação das desigualdades sociais.

### Hélio José se filia ao Partido da Mulher Brasileira

Hélio José (PMB-DF) comunicou ontem que havia deixado o PSD e inaugurado no Senado a bancada do Partido da Mulher Brasileira (PMB), criado em setembro. Segundo ele, a mudança tem a ver com seus ideais.

— Uma das principais bandeiras do meu mandato é a luta para o fim dos preconceitos contra as mulheres e pela igualdade de direitos entre os gêneros. Já em meu primeiro pronunciamento nesta Casa, eu disse que um dos quadrantes da minha atuação seria a defesa dos setores menos favorecidos e submetidos ao preconceito.

O senador fez uma saudação à bancada feminina do Senado e dirigiu elogios e agradecimentos aos seus ex-correligionários que atuam na Casa. Também agradeceu às lideranças nacionais e regionais do PSD.



### Medeiros lembra aniversário de Rondonópolis

José Medeiros (PPS-MT) comemorou os 62 anos de emancipação de Rondonópolis (MT) e os 100 anos do reconhecimento de sua fundação.

Ele ressaltou que a cidade é referência no agronegócio e possui a segunda maior economia de Mato Grosso, decorrente da indústria, do comércio e da agropecuária.

— Rondonópolis é o município de porte médio que teve a melhor classificação no grupo indicadores econômicos [do anuário *As Melhores Cidades do Brasil*], com destaque para o padrão de vida, a qualidade do emprego e o desempenho do comércio e das exportações.

## Comissão vota autorização para BB e Caixa adquirirem empresas

O relatório da MP 695/2015 deverá ser votado na terça-feira pela comissão mista de deputados e senadores criada para analisar o texto. A MP autoriza o Banco do Brasil, a Caixa e subsidiárias a adquirir participação em empresas com as mesmas regras estabelecidas pela Lei 11.908/2009. A permissão prevista é válida até 31 de dezembro de 2018.

A Lei 11.908/2009 ordena que os dois bancos públicos podem comprar participação em instituições financeiras, públicas ou privadas, sediadas no Brasil, incluindo empresas dos ramos securitário, previdenciário, de capitalização, além dos ramos de atividades complementares

às do setor financeiro.

A mesma lei dispõe que, para a aquisição, os bancos estão autorizados a contratar empresas avaliadoras cujos dirigentes não possuam interesse nas empresas sujeitas à avaliação, dispensada a licitação em casos de justificada urgência.

A MP também permite que a loteria instantânea Lotex (raspadinha) passe a explorar comercialmente eventos de grande apelo popular, datas comemorativas, referências culturais e licenciamentos de marcas ou personagens. A Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte (Lei 13.155/2015) designa que essa aposta deve ser focada em futebol.

## Programas do Interlegis serão avaliados em audiência pública

A Comissão de Governança e Transparência Pública promove na terça-feira audiência para debater os serviços oferecidos pelo Interlegis às Casas legislativas estaduais, distrital e municipais quanto à contribuição para a transparência e para a governança pública.

Foram convidados o diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Helder Rebouças, e a diretora

da Secretaria da Transparência do Senado, Elga Lopes. A iniciativa é de Paulo Bauer (PSDB-SC).

O Interlegis busca fortalecer o Legislativo com estímulos à modernização e integração das Casas legislativas. Disponibiliza gratuitamente cursos a distância, treinamentos e ferramentas tecnológicas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

De acordo com proposta, que agora vai para Câmara, fica obrigatória a análise de resíduos tóxicos em todos os produtos agropecuários que entram no Brasil. Hoje se analisam apenas amostras

## Avança rigor maior sobre produto agrícola importado

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 49/2015, que torna obrigatória a análise de resíduos de agrotóxicos e outras substâncias tóxicas em todos os produtos agropecuários importados e seus derivados, tanto os in natura quanto os semiprocessados. O projeto agora vai para o Plenário.

O PLC 49/2015 foi relatado pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Ele apresentou um substitutivo para incluir as medidas propostas na Lei de Agrotóxicos (Lei 7.802/1989), e não em lei específica, como havia originalmente proposto o autor do projeto, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Na avaliação de Caiado, a norma garantirá maior controle sanitário e proteção à saúde dos cidadãos.

### Discordância

A aprovação não contou com o apoio de todos os senadores. Paulo Rocha (PT-PA) leu voto em separado de Donizeti Nogueira (PT-TO). Ambos



O senador Ronaldo Caiado, que relatou o projeto que trata da inspeção sanitária

recomendaram a rejeição.

Além da elevação dos custos de inspeção e de exames laboratoriais, tornando o preço final dos importados menos competitivo no mercado interno, eles apontam que o texto é uma afronta a normas internacionais às quais o Brasil está submetido.

Destacou Paulo Rocha:

— Ao impor aos produtos importados ônus não aplicável ao produto similar doméstico, o texto afronta diretamente,

de forma evidente, o princípio do tratamento nacional. A conversão da proposição em norma jurídica exporia imediatamente o Brasil a ações na OMC [Organização Mundial do Comércio] e no Mercosul, com escassa possibilidade de defesa.

Em audiência em 26 de novembro, especialistas avaliaram que é inviável submeter todos os produtos agropecuários importados a análises sanitárias.

## Vai à Câmara incentivo do governo a pequeno produtor de biocombustível

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem, em turno suplementar (segunda e última votação), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 252/2011, que institui o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro).

A ideia é incentivar a produção de biocombustíveis por microusinas, especialmente as operadas por agricultores familiares. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o projeto irá para a Câmara.

Pelo texto, de Acir Gurgacz (PDT-RO), poderão ser criadas linhas de crédito com

juros e prazos favoráveis para atividades agrícolas, industriais e de distribuição de biocombustíveis produzidos nas microusinas.

Também serão favorecidas microusinas em localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e aquelas que usam como matéria-prima plantas nativas.

O texto prevê ainda isenção de PIS-Pasep, Cofins e IPI incidentes sobre equipamentos e materiais para a instalação e o funcionamento das destilarias.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), foi favorável à aprovação do projeto.

## Remédio para emagrecer pode ser liberado

A venda, a produção e o consumo de remédios para emagrecer e que têm na fórmula os compostos sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol poderão ser autorizados. A liberação dos anorexígenos está prevista no PLC 61/2015, pronto para ser votado na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). A reunião será terça-feira.

Otto Alencar (PSD-BA), relator do projeto, lembrou que, em setembro de 2014, o Senado promulgou o Decreto Legislativo 273/2014, cancelando uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proibia o uso dessas substâncias. Em

resposta, a Anvisa editou nova norma prevendo que os interessados em comercializar os medicamentos devem pedir outro registro ao órgão.

Para Otto, é preciso garantir em lei a disponibilidade desses remédios para impedir que uma nova norma seja editada para retirá-los do mercado.

— Entendemos que os médicos, e não a Anvisa, têm o conhecimento e a prerrogativa de decidir se os pacientes devem ou não continuar a utilizar os medicamentos.

A CMA pode também votar o PLC 138/2015, que proíbe a importação de peles de cachorros, coelhos, gatos e chinchilas domésticos. Fica igualmente vedada a importação de peles

de animais selvagens sem origem certificada e sem licença. Os que insistirem poderão ser condenados a pena de um a três anos de reclusão, mais multa. A única exceção prevista no texto é quando as peles de animais são destinadas a instituições educativas e científicas.

O relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), ressaltou que o comércio e a indústria de peles, em diversos países (principalmente na China), estão atrelados a maus-tratos.

— O Brasil deve seguir o exemplo de outros países e da União Europeia em eliminar o comércio de roupas, acessórios e a fabricação de produtos vinculados a uma indústria que instiga tortura contra animais.

## Projeto destina a índios crédito para agricultura, pesca e caça

O projeto que cria linhas de financiamento para a produção desenvolvida por comunidades indígenas foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem. O PLC 74/2014 também prevê a prestação de apoio e assistência técnica específica voltada a essas atividades.

Segundo o autor da proposta, o ex-deputado e hoje senador Wellington Fagundes (PR-MT), a definição do termo “agricultura indígena” permitirá a implantação de políticas públicas diferenciadas para essas populações, sem renúncia às suas culturas e tradições.

A proposta estabelece li-

nhas de crédito não apenas para as práticas de agricultura, mas também para as atividades de pesca, caça, criação de animais de pequeno porte e pecuária praticadas pelos índios.

Pelo projeto, que segue para o Plenário, caberá ao poder público, com a participação das comunidades indígenas, garantir a proteção dos recursos naturais nas terras destinadas à agricultura, promover a recuperação dos recursos que tenham sofrido processo de degradação e desenvolver programas de educação ambiental.

O relator, José Medeiros (PPS-MT), recomendou a aprovação da proposta.



Proposta viabiliza políticas públicas específicas para atividades indígenas

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burtle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Uma das propostas aprovadas ontem por comissão regulamenta duração do trabalho de oito horas diárias. A outra permite até quatro horas extras em época de colheita e plantio

## Projetos disciplinam jornada de trabalho rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem dois projetos que tratam da jornada de trabalho no campo. O primeiro, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 208/2012, regulamenta variados aspectos do dia a dia do trabalhador rural, incluindo folga e transporte. O segundo, o PLS 627/2015, estende para todos os trabalhadores do setor a possibilidade de realização de até quatro horas extras diárias em momentos críticos da agricultura.

Segundo Blairo Maggi (PR-MT), autor do PLS 208, mesmo que a Constituição tenha estendido os direitos trabalhistas urbanos ao trabalhador rural, a atividade no campo requer tratamento diferenciado, devido às peculiaridades. A finalidade do projeto, segundo o senador, é dar dinamismo ao setor primário, para que mais empregos e oportunidades sejam criados.

— É impossível adequar realidade urbana para a realidade rural — afirmou.

Entre as modificações, o projeto prevê a duração de oito horas diárias de trabalho. No caso de jornada contínua superior a seis horas, o trabalhador deverá ter descanso para alimentação e repouso, de acordo com o uso e costumes do local da prestação do serviço e com as condições climáticas adversas, que podem colocar a saúde do empregado em risco.

O texto também prevê que será permitida extensão da jornada diária do trabalho — até o limite de 12 horas



Presidente da Comissão de Agricultura, Ana Amélia coordena reunião em que foram aprovadas propostas que disciplinam vários aspectos do trabalho no campo

— em caso de força maior ou causas acidentais, tendo por finalidade a execução de serviços inadiáveis, como nos períodos de safra. O projeto determina que a cessão ou o fornecimento de moradia e infraestrutura básica ao empregado não devem integrar a remuneração.

Além disso, a proposta busca resguardar os produtores rurais que fornecem transporte aos funcionários. Hoje, o tempo de deslocamento é considerado parte da jornada de trabalho. O relator da proposta, Acir Gurgacz (PDT-RO), manifestou apoio à mudança:

— Apesar de oferecer verdadeira comodidade e conforto aos empregados, arcando com todos os custos de tal transporte, o empregador é punido com a obrigatoriedade de integrar

o tempo de deslocamento à jornada de trabalho do empregado, além de, muitas vezes, ter que arcar com o pagamento de horas extras.

O senador sugeriu três emendas. Uma delas busca assegurar que o direito do trabalhador ao repouso semanal remunerado se dê, pelo menos, em um domingo do mês. As outras duas emendas tratam da possibilidade de tratar o empregador rural como pessoa jurídica.

O relator afirma que a medida prejudicaria a maioria dos produtores rurais, pois cerca de 80% deles são pessoas físicas e se beneficiam de sistemas de fomento ao produtor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ao votar contra o projeto, Paulo Rocha (PT-PA) avaliou

que as peculiaridades do trabalho no campo deveriam ser resolvidas entre os sindicatos patronais e os de empregados.

A proposta ainda será analisada pelas Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

### Horas extras

Já o PLS 627 disciplina as horas extraordinárias no trabalho rural.

O texto, de José Medeiros (PPS-MT), estende para todos os trabalhadores do setor a possibilidade de realização de até quatro horas extras diárias em momentos críticos da agricultura, como plantio, colheita e períodos de chuva. A jornada de trabalho de até

12 horas diárias já vale para tratoristas e operadores de máquinas agrícolas desde a edição da Lei 13.154/2015, que teve origem na Medida Provisória 673.

O relator na CRA foi Blairo Maggi. Segundo o senador, o adequado reconhecimento das horas extraordinárias do trabalho rural se demonstra oportuno em razão da sazonalidade da atividade econômica.

— O momento se mostra adequado para realizar essa ampliação e estender a todos trabalhadores rurais o que antes era restrito somente aos motoristas.

O projeto ainda será examinado pela CAS. Senadores, porém, cogitaram a possibilidade de pedir que o projeto seja anexado ao PLS 208/2015 por tratar de assunto semelhante.

## Comissão sugere Política Nacional de Defesa Agropecuária

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) apresentará um projeto de lei para instituir a Política Nacional de Defesa Agropecuária com o objetivo de modernizar práticas e regulamentar normas sobre o controle sanitário. A proposta, em fase de elaboração, é um dos resultados do processo de avaliação de políticas públicas realizado pelo colegiado em 2015.

Ontem a CRA aprovou relatório de Dário Berger (PMDB-SC), que traçou um diagnóstico sobre a defesa agropecuária no país. Segundo o senador, o marco regulatório do setor é formado hoje por um conjunto de normas infralegais:

— A partir das análises realizadas, verificou-se que o marco regulatório da defesa agropecuária se encontra defasado, sendo necessário que se promova a consolidação e a racionalização das normas re-

lativas à defesa agropecuária.

O relatório recomenda a aprovação de projetos, como o PLS 16/2013 e o PLS 581/2015, que fixam regras para a rotulagem de produtos, e o PLS 434/2015, que obriga estabelecimentos comerciais a fazer análises químicas e microbiológicas de alimentos colocados à venda.

Para o senador, a defesa agropecuária tem papel estratégico para o desenvolvimento e a sustentabilidade do agronegócio, responsável por 23% do produto interno bruto e por cerca de 40% das exportações nacionais. Daí a importância da avaliação da eficácia dela pelo Senado.

### Orçamento

No diagnóstico sobre o setor, Dário enfatizou que é preciso garantir orçamento permanente para as atividades de defesa agropecuária.

“A descontinuidade das atividades de defesa agropecuária, mesmo que por breves períodos, coloca em risco a segurança alimentar da população e a sanidade das populações vegetais e animais, podendo comprometer de forma severa o setor produtivo nacional. Não é razoável, portanto, que os recursos mínimos necessários à continuidade das atividades de defesa agropecuária sejam passíveis de contingenciamento”.

Outro ponto abordado pelo senador no relatório é a baixa adesão de municípios ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUSA). “Uma das causas seria a regulamentação atual, que oferece pouco ou nenhum atrativo para a estruturação dos sistemas de inspeção municipal”, avalia.

Quanto ao registro de agroquímicos, o problema, de



Dário Berger foi parabenizado pela avaliação das políticas públicas do setor

acordo com Dário, diz respeito à fila para o registro de defensivos agrícolas. O prazo, relatou, pode ser superior a 12 anos.

“Entre as soluções que podem ser aventadas, cogita-se a formação de grupo sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento que centralize a avaliação dos agroquímicos sob o ponto de vista agrônomo, ambiental e da saúde humana.”

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), e os demais senadores que integram o colegiado parabenizaram o trabalho de Dário.

Relatório aprovado ontem em reunião da CRE aponta que contingenciamento orçamentário atinge ações estratégicas para o país e enfraquece a indústria nacional da área

# Comissão alerta para cortes no setor de defesa

A SITUAÇÃO DA indústria nacional de defesa é crítica, agravada principalmente pela falta de planejamento e pela crise econômica, que tem levado a sucessivos cortes orçamentários. A avaliação faz parte de diagnóstico das políticas públicas sobre o setor aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De acordo com o relatório, apresentado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é preciso rever a destinação orçamentária para os projetos estratégicos, “que não podem ficar à mercê de contingenciamentos”.

— Cortes atingiram projetos estratégicos, que foram cancelados, suspensos ou adiados. A indústria nacional de defesa sofreu com isso e nossa capacidade de produção acabou comprometida. Não se deu a devida atenção a um setor essencial à nossa soberania — afirmou o senador.

Na opinião do parlamentar, “parece faltar ao governo a percepção clara de que investimentos em defesa e nos projetos estratégicos trarão significativos benefícios à sociedade. Seja exportando equipamentos, seja fortalecendo empresas brasileiras, seja aumentando a segurança”.

Na reunião da CRE, o senador sugeriu ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria no acordo Brasil-



Ricardo Ferraço apresenta o relatório em reunião presidida por Edison Lobão na Comissão de Relações Exteriores

-Ucrânia para o lançamento de um satélite do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. A sugestão virou um requerimento, que foi aprovado pela comissão.

— O contribuinte brasileiro, por meio do governo, investiu R\$ 1 bilhão no negócio. O acordo foi suspenso e é preciso apurar as responsabilidades com relação a esse enorme prejuízo, causado pela total ausência de planejamento — afirmou.

### Avaliação

A iniciativa de analisar a política brasileira de defesa obedece à Resolução 44/2013

do Senado. Ela determina que, de acordo com a sua área de competência, as comissões permanentes selecionem, para serem avaliadas, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo.

Conforme a resolução, a escolha do setor a ser avaliado, a cada ano deve ocorrer até o último dia útil de março. No fim de cada sessão legislativa (que corresponde ao ano legislativo), o relatório com a conclusão da análise deve ser apresentado e votado.

O relatório aprovado ontem pela CRE será levado pelos senadores ao ministro da Defesa, Aldo Rebelo.

### Impactos do contingenciamento

- Redução da capacidade operacional das Forças Armadas para emprego em grandes eventos, como as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016
- Comprometimento na qualidade e nos prazos de entrega dos produtos
- Perda da capacidade de investimento na base industrial de defesa
- Ampliação do hiato tecnológico existente na produção de material de defesa
- Extinção de empregos diretos e indiretos em tecnologia e infraestrutura
- Diminuição da capacidade de combate aos delitos ambientais e transfronteiriços
- Atraso nos projetos

### Recomendações do parecer

- Criação do Fundo Nacional de Defesa, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e gerido pelo Ministério da Defesa
- Envio ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior de solicitação para que sejam estabelecidas linhas de crédito pelo BNDES para a área de defesa
- Criação, no âmbito do Senado, de grupo de trabalho permanente que acompanhe matérias referentes à base industrial de defesa
- Condicionamento do início de novos projetos à garantia de destinação de recursos para a continuidade dos projetos estratégicos de defesa em curso
- Envio obrigatório dos dados sistematizados referentes aos projetos estratégicos das Forças Armadas ao Congresso Nacional, com periodicidade mínima anual, para que eles possam ser acompanhados
- Prioridade para os projetos estratégicos
- Ação conjunta entre governo e Congresso para aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, assinado com os EUA, para viabilizar o uso da Base de Alcântara por empresas privadas americanas

## Vão ao Plenário nomes de indicados para embaixador e chefe de representação

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações para embaixador em Granada e para chefe da Representação do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Os dois indicados ainda serão avaliados pelo Plenário.

Os nomes de Zenik Krawttschuk, para Granada, e de Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão para a CPLP receberam 10 votos favoráveis e nenhum contrário na comissão.

### Granada

Atual embaixador do Brasil em Honduras, Krawttschuk destacou a preocupação dos granadinos com o aquecimento global e a consequente elevação do nível do mar.

Granada é um pequeno país da América Central, tem 350 quilômetros quadrados (na maré baixa) e é formado por três ilhas, onde a principal atividade econômica é o turismo.

— Em 2014, o país, que tem 110 mil habitantes, recebeu 230 mil turistas, a maioria vinda em cruzeiros. A segunda maior receita vem dos emigrantes que foram para os Estados Unidos e mandam divisas de volta para seus familiares — explicou.

A indicação foi relatada por Lindbergh Farias (PT-RJ).

Na sabatina, Mello Mourão sugeriu uma proximidade maior do Senado com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a criação do Grupo Parlamentar Brasil-CPLP.

Ele lembrou que a comunidade é integrada por nove países: Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné

Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

### Língua portuguesa

A CPLP foi criada com três objetivos principais: aproximação político-diplomática, cooperação em diferentes setores e difusão da língua portuguesa.

— O Brasil não foi só o maior mentor, mas é hoje o maior contribuinte para a organização. A contribuição do Brasil corresponde a cerca de 30% do orçamento da comunidade, mas monta a parques e escassos 770 mil euros — lamentou.

A indicação foi relatada por Sérgio Petecão (PSD-AC).

**Granada**

- » Área: 344 km²
- » Capital: Saint George's
- » População: 106 mil
- » PIB per capita: US\$ 8.294
- » Exportações brasileiras: US\$ 47 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 183,5 milhões

Fonte: [brasilexport.gov.br](http://brasilexport.gov.br) e [CIA World Factbook](http://CIA World Factbook)



Zenik Krawttschuk e Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão foram sabatinados na Comissão de Relações Exteriores